



PROJETO DE LEI Nº 1.971/2018

Concede Título de Cidadania Paraibana ao Excelentíssimo Senhor Reynaldo Soares da Fonseca, Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Exara-se Parecer pela **CONSTITUCIONALIDADE** e **JURIDICIDADE** da matéria.

AUTOR (A): DEP. BRUNO CUNHA LIMA

RELATOR (A): CAMILA TOSCANO. Substituida na reunião pelo Dep.

Hervazio Bezerra

PARECER Nº 2061/2018

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o Projeto de Lei nº 1.971/2018, de iniciativa do Excelentíssimo Senhor (a) Deputado (a) Bruno Cunha Lima, que "Concede o Título de Cidadania Paraibana ao senhor Reynaldo Soares da Fonseca, Ministro do Superior Tribunal de Justiça".

A matéria legislativa em epígrafe constou no expediente do dia 12 de setembro de 2018.

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.





II - VOTO DO (A) RELATOR (A)

A proposta legislativa em exame tem por objetivo conceder o "Título de Cidadania Paraibana" ao senhor Reynaldo Soares da Fonseca, Ministro do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Na justificativa, o autor da propositura apresenta uma síntese da trajetória acadêmica do homenageado, informando que o mesmo, nascido em 28 de novembro de 1963, São Luís/MA, é Doutorando em Direito Constitucional pela FADISP-SP, Mestre em Direito Público (PUC/SP), Pós-Graduado em Direito Constitucional (UFMA), Direito Penal (UNB) e Inteligência Financeira (ESAF) e Graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Já em relação à vida profissional, informa o autor que o agraciado já ocupou os cargos de Procurador do Estado do Maranhão, Juiz de Direito do Distrito Federal e Territórios, Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária do Distrito Federal, Desembargador Federal do TRF/1ª Região, professor Assistente do Departamento de Direito da Universidade Federal do Maranhão, dentre outros.

Percebe-se, portanto, que o Douto Ministro do STJ possui experiência em diversas áreas do Direito, com ênfase em Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal e Mediação/Conciliação, além de ser autor e co-autor de várias doutrinas e artigos científicos.

Atualmente, o homenageado exerce o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça - desde maio de 2015 - e o de professor da Universidade Federal do Maranhão - desde 1987.

Desta forma, a propositura não contraria qualquer dispositivo constitucional ou infraconstitucional vigente, inexistindo, portanto, óbice para regular tramitação da proposta, que é pertinente, oportuna e meritória.





Em relação aos aspectos legais, o "*Título de Cidadão Paraibano*" foi instituído pela Resolução da Presidência da ALPB nº 315/1969, onde se determina que será conferido por meio de Projeto de Lei e poderá ser apresentado individualmente pelo parlamentar, que acostará a proposição o currículo de vida da pessoa a ser homenageada, que deverá ter prestado relevantes serviços ao Estado, **requisitos estes que percebo estarem presentes**.

Nestas condições, opino, seguramente, pela CONSTITUCIONALIDADE e JURIDICIDADE do Projeto de Lei nº 1.971/2018, na sua forma original.

É o voto.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2018.

DEP. CAMILA TOSCANO

Relator (a)





III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Voto do Senhor (a) Relator (a), opina pela **CONSTITUCIONALIDADE** e **JURIDICIDADE** do **Projeto de Lei nº 1.971/2018**, nos termos do voto do Senhor (a) Relator (a).

É o parecer.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2018.

DEP. ESTELA BEZERRA

Presidente

Apreciado pela Comissão

No dia

DEP. CAMILA TOSCANO

Membro

DEP. LINDOLFO PIRES

Membro

DEP. TRÓCOLLI JÚNIOR

Membro

DEP. HERVÁZIO BEZERRA

Membro

DEP. JOÃO GONÇALVES

Membro

DEP. DANIELLA RIBEIRO

Membro